



CÂMARA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

Concurso Público Nº 01/2018

PROVA OBJETIVA

Procurador Jurídico

Você está recebendo a FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS e o CADERNO com 50 questões. Leia cuidadosamente cada questão e escolha a resposta que você considera correta.

Preencha com seu NOME e número do RG os espaços indicados na capa deste caderno. Assine a FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS com caneta de tinta azul ou preta.

Marque, na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu para cada uma das questões.

A duração da prova é de 3 horas.

Você só poderá entregar a FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS e sair do prédio depois de decorrida 1 hora do início da prova.

Você poderá levar a FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS no final deste caderno.

Ao sair, NÃO será permitido levar o CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato:

RG:

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Em relação ao controle concentrado de constitucionalidade, tomando por base os preceitos da Lei Federal n. 9.868/99, julgue os itens e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. quando a petição inicial em ação direta de inconstitucionalidade for manifestamente inepta, não fundamentada ou absolutamente improcedente o Presidente do Supremo Tribunal Federal a indeferirá de plano, cabendo recurso ao plenário.
- II. proposta a ação direta de inconstitucionalidade, não se admitirá desistência.
- III. o relator da ação direta de inconstitucionalidade poderá solicitar informações aos Tribunais Superiores, aos Tribunais federais e aos Tribunais estaduais acerca da aplicação da norma impugnada no âmbito de sua jurisdição.

Agora assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Se apenas os itens I e II são corretos.
- (B) Se apenas os itens II e III são corretos.
- (C) Se apenas os itens I e III são corretos.
- (D) Se todos os itens são corretos.

02. Analise os itens a seguir de acordo com as previsões das Leis n. 9.868/99 e 9.882/99 e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. em ação direta de inconstitucionalidade ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- II. a modulação dos efeitos da decisão não é aplicável às arguições de descumprimento de preceito fundamental eis que a Lei n. 9.882/99 é omissa a respeito.
- III. propostas ação direta e inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade sobre mesmo dispositivo infraconstitucional, proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória.

Agora assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Se apenas os itens I e II são corretos.
- (B) Se apenas os itens II e III são corretos.
- (C) Se apenas os itens I e III são corretos.
- (D) Se todos os itens são corretos.

03. Suponha que em um determinado município, visando reduzir gastos com a folha de pagamento seja

aprovado um projeto que fixe o salário-mínimo nacional como base de cálculo de vantagens de servidores e empregados públicos, de acordo com entendimento sumulado pelo E. Supremo Tribunal Federal:

- (A) Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.
- (B) Qualquer que seja a vantagem a norma municipal será considerada inconstitucional eis que a Carta Magna de 1988 veda expressamente a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.
- (C) Desde que respeitada a regra de que nenhuma remuneração seja inferior ao valor do salário mínimo, não há que se falar em pecha de inconstitucionalidade.
- (D) Em razão de recente alteração ao artigo 7º, inc. IV, da Constituição Federal, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal que determinava a inconstitucionalidade da utilização do salário mínimo como base de cálculo para vantagens dos servidores restou superado.

04. De acordo com as regras constitucionais de repartição de competências, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal de 1988.
- (B) Compete aos municípios além de legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- (C) Quanto à competência legislativa privativa da União, Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas.
- (D) Compete privativamente à União legislar sobre produção e consumo.

05. Quanto ao Poder Legislativo, julgue os itens e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. o número de cargos de vereador em um Município varia entre o mínimo de 9 (nove) e o máximo de 55 (cinquenta e cinco) e leva em consideração o número de habitantes do mesmo.
- II. limite máximo dos subsídios dos Vereadores é fixado com base no subsídio pago ao Prefeito Municipal.
- III. os vereadores, diferentemente dos Deputados e Senadores, não gozam de imunidade material, mas apenas formal.

Agora assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Se apenas I está correto.

- (B) Se apenas II e III são corretos.
 (C) Se apenas III está correto.
 (D) Se apenas I e III são corretos.
06. Supondo que o Prefeito da cidade “X” pretendesse nomear para cargo em comissão de segundo escalão um parente dele, de acordo com o entendimento sumulado pelo E. Supremo Tribunal Federal ele:
- (A) Não poderia nomear qualquer parente consanguíneo, mas apenas os por afinidade.
 (B) Não poderia nomear qualquer parente consanguíneo nem os por afinidade.
 (C) Poderia nomear qualquer dos irmãos de sua esposa, eis que a regra do nepotismo não alcança o cunhado.
 (D) Poderia nomear qualquer de seus primos.
07. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**:
- (A) Para assegurar o sistema de freios e contrapesos também conhecido como *check and balances* a Constituição Federal atribuiu ao Prefeito Municipal a iniciativa da lei que altera o valor dos subsídios pagos aos Vereadores Municipais e à Câmara Municipal a iniciativa do projeto que altera os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal.
 (B) Por se tratar de matéria que pode implicar em aumento de gastos públicos a iniciativa das leis que alteram os subsídios pagos tanto ao Prefeito quanto aos Vereadores é privativa do Poder Executivo Municipal, que, entretanto deverá observar os limites constitucionais fixados para cada cargo e para os gastos públicos em geral.
 (C) Os subsídios pagos ao Prefeito, Vice Prefeito Municipal e aos Vereadores serão fixados por projeto de lei que pode ser tanto de iniciativa legislativa, ou ainda popular, mediante abaixo assinado que represente pelo menos um por cento de todo eleitorado municipal.
 (D) Os subsídios pagos ao Prefeito, Vice Prefeito Municipal serão fixados por leis de iniciativa da Câmara Municipal, a qual também fixará subsídios dos Vereadores, neste caso, em cada legislatura, para a subsequente.
08. Quanto à intervenção estadual assinale a alternativa **CORRETA**:
- (A) Será decretada, sempre de ofício pelo Governador de Estado por meio de decreto executivo.
 (B) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.
 (C) Sempre será submetida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas à Assembleia Legislativa que

realizará o controle político do ato no mesmo prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

- (D) Em respeito ao princípio federativo a Constituição Federal de 1988 não prevê qualquer hipótese de a União intervir nos Municípios.

09. Quanto aos Direitos Políticos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) São inelegíveis os condenados por atos de improbidade administrativa.
 (B) São inelegíveis todos os condenados em processo penal por acórdão proferido por órgão colegiado.
 (C) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 (D) São inalistáveis os inelegíveis e os analfabetos.

10. Analise as proposições a seguir conforme entendimento sumular do Supremo Tribunal Federal e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
 II. Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da Constituição, que tratam da garantia de recebimento não inferior ao valor do salário mínimo federal, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.
 III. Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.

Agora assinale a **CORRETA**:

- (A) Se apenas I e II são corretas.
 (B) Se apenas I e III são corretas.
 (C) Se apenas II e III são corretas.
 (D) Se todas são corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. De acordo com o entendimento doutrinário majoritário, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) As funções administrativas são extraídas diretamente da Constituição Federal e realizadas exclusivamente pelo Poder Executivo.
 (B) As funções administrativas são extraídas das leis infraconstitucionais e detêm maior grau de

discricionariedade do que as funções de governo.

- (C) A função política é eminentemente exercida pelo Poder Legislativo, por meio da edição de regulamentos.
- (D) Ao determinar recentemente a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, o Poder Executivo Federal exerceu função de governo.

12. Considerando as disposições da Lei n. 11.107/2005 que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- (B) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- (C) O consórcio público somente poderá revestir personalidade jurídica de direito público, integrando a administração pública indireta de todos os entes consorciados.
- (D) Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

13. Visando estabelecer um regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público recíproco em 2014 foi criada a Lei n. 13.019 que estabelece o regime jurídico de parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil. De acordo com aludida Lei e diplomas que a alteraram, julgue os itens e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. A Lei n. 13.019/2014 conceituou organização da sociedade civil como a entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre seus sócios ou associados eventuais resultados e que os apliquem integralmente na consecução do respectivo objeto social, assim como as sociedades cooperativas e as organizações religiosas. Contudo, a última figura foi considerada inconstitucional pelo E. Supremo Tribunal Federal em sede de ação direta de inconstitucionalidade em razão da vedação expressa no art. 19, inc. II, da Constituição Federal que proíbe à União, Estados, Distrito Federal e aos Municípios subvencionarem igrejas ou cultos religiosos.
- II. para aludida Lei, Administração Pública abrange apenas a Administração Direta, autárquica e fundacional, mas não as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ainda que prestadoras de serviço público, ante sua natureza de direito privado.
- III. ainda de acordo com a mesma lei, termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

zadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Agora assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Se apenas I e II são corretas.
- (B) Se apenas II e III são corretas.
- (C) Se apenas I e III são corretas.
- (D) Se nenhuma está correta.

14. Quanto aos servidores públicos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) de acordo com a Lei Federal n. 8.745/93 a contratação temporária para atender excepcional interesse público será realizada por meio de processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público.
- (B) o sistema legal e constitucional atualmente vigente não faz discrepância entre efetividade e estabilidade.
- (C) a única forma de estabilidade prevista na Constituição Federal brasileira demanda aprovação em concurso público, cumprimento de três anos de estágio probatório e parecer favorável em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (D) o servidor estável somente poderá perder seu cargo por processo administrativo disciplinar, garantindo-se ao mesmo a ampla defesa e contraditório, ou através de sentença judicial transitada em julgado.

15. Quanto ao regime previdenciário dos servidores públicos, analise os itens a seguir e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. a aposentadoria compulsória ocorrerá sempre que o servidor alcançar 70 (setenta) anos de idade e será calculada de forma proporcional.
- II. para efeito de aposentadoria com paridade e integralidade de vencimentos é vedada a contagem recíproca de períodos contributivos prestados junto ao Regime Geral de Previdência Social.
- III. o servidor que contar com 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se do sexo masculino, 30 (trinta) anos de contribuição se do sexo feminino, e mais 25 (vinte e cinco) anos de serviço público, 15 (quinze) de carreira e 5 (cinco) no cargo em que se der a aposentadoria fará jus à paridade e à integralidade de vencimentos.
- (A) Se apenas os itens I e II são incorretos.
- (B) Se apenas os itens II e III são incorretos.
- (C) Se apenas os itens I e III são incorretos.
- (D) Se todos os itens são incorretos.

16. Sobre o processo administrativo tratado pela Lei Federal n. 9.784/99, julgue os itens:

- I. os prazos começam a correr a partir da data de cientificação oficial, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, sendo contados de modo contínuo, prorrogando-se até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.
- II. terão prioridade na tramitação, entre outros, procedimentos administrativos em que figuram como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- III. A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

Agora assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Se todas são corretas.
- (B) Se apenas I e II são corretas.
- (C) Se apenas II e III são corretas.
- (D) Se apenas I e III são corretas.

17. De acordo com a Lei n. 8.666/93 é dispensável a licitação, **EXCETO**:

- (A) para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- (B) quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente inferiores aos praticados no mercado nacional, ou forem compatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.
- (C) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- (D) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

18. Quanto às normas gerais sobre licitações e contratações pela Administração Pública de serviços de publicidade prestados necessariamente por intermédio de agências de propaganda, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estabelecida pela Lei n. 12.232/2010, analise os itens a seguir e após, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. nos contratos firmados através de licitação de serviços de publicidade poderão ser incluídos assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização de eventos festivos de qualquer natureza.
 - II. As licitações previstas na Lei n. 12.232/2010 adotarão como obrigatórios os tipos “melhor técnica” ou “técnica e preço”.
 - III. As propostas de preços serão apresentadas em 1 (um) invólucro e as propostas técnicas em 3 (três) invólucros distintos, destinados um para a via não identificada do plano de comunicação publicitária, um para a via identificada do plano de comunicação publicitária e outro para as demais informações integrantes da proposta técnica.
- (A) Se todas são corretas.
 - (B) Se apenas I e II são corretas.
 - (C) Se apenas II e III são corretas.
 - (D) Se apenas I e III são corretas.

19. Sobre a improbidade administrativa, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) em recente julgamento o Supremo Tribunal Federal aprovou tese no sentido de que são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) para fins da Lei n. 8.429/92 exclui-se do conceito de agente público aqueles que exerçam funções meramente honoríficas.
- (C) conforme recente decisão tomada pelo E. Supremo Tribunal Federal (PET 3240) o foro por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns não é extensível às ações de improbidade administrativa, que têm natureza civil.
- (D) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou mesmo por omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.

20. De acordo com o Decreto-Lei n. 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade de Prefeitos e Vereadores assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Constitui crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronun-

ciamento da Câmara dos Vereadores, omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura.

- (B) Constitui crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.
- (C) Constitui infração político-administrativa os Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato, retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade.
- (D) Constitui infração político-administrativa os Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato, deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

21. A Lei de Introdução às Normas Gerais de Direito Brasileiro, sofreu recente alteração pela Lei n. 13.655/2018 a qual introduziu dez novos artigos naquela a respeito de disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Sabendo-se disso, assinale a alternativa a seguir que **NÃO CORRESPONDE** a nenhuma destas inovações trazidas pela Lei n. 13.655/2018:

- (A) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
- (B) Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.
- (C) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, não serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem condicionado a ação do agente.
- (D) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

22. Através da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 instituiu-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual promoveu grande mudança no que diz respeito à capacidade civil prevista no Código Civil Brasileiro. Com base nestas informações assinale a seguir a alternativa **CORRETA**:

- (A) Os indígenas foram expressamente tratados pela Lei n. 13.146/2015 como absolutamente capazes no âmbito civil.
- (B) Excluiu-se do rol dos relativamente capazes os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos bem como os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (C) Ao extinguir todas as demais figuras de incapacidade absoluta, exceção feita aos menores de 16 (dezesesseis) anos, extinguiu-se por decorrência a curatela dos maiores incapazes.
- (D) Estabeleceu a tomada de decisão apoiada como processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos duas pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

23. Leia as afirmações a seguir e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) De acordo com o Código Civil Brasileiro, salvo disposição legal em sentido contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- (B) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- (C) A incapacidade absoluta do sujeito impossibilita o curso do prazo prescricional, porém não obsta o curso do prazo decadencial.
- (D) A renúncia à decadência convencional pode ser expressa ou tácita, mas à decadência legal deve ser expressa e em ambos os casos só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro.

24. Quanto ao contrato de compra e venda, leia os itens a seguir e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes assinam o respectivo contrato.
- (B) No contrato de compra e venda a fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar. Se o terceiro não aceitar a incumbência, ficará sem efeito o contrato, salvo

quando acordarem os contratantes designar outra pessoa.

- (C) Na venda sob amostras, protótipos ou modelos, em caso de divergência, prevalece a descrição feita pelo contrato a respeito da coisa.
- (D) No contrato de compra e venda sempre as despesas de escritura e registro referente a alienação de bens imóveis ficam a cargo do comprador.

25. Caio celebra contrato de locação de imóvel urbano para fins residenciais com Milena, por meio de instrumento escrito, com prazo determinado de 12 (doze) meses, no qual o primeiro figurou como locador e a segunda como locatária. Não pretendendo renovar o contrato de locação, Caio, notifica à locatária no primeiro dia após a extinção do prazo contratual para que a mesma desocupe o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias fundamentando sua notificação apenas no término do prazo contratual. No caso, de acordo com a regulamentação feita pela Lei n. 8.245/91:

- (A) Por se tratar de locação residencial ajustada por escrito com prazo inferior a trinta meses findo o prazo estabelecido, a locação prorroga - se automaticamente, por prazo indeterminado, somente podendo ser retomado o imóvel nas hipóteses de denúncia cheia previstas pela Lei n. 8.245/91.
- (B) Milena terá de desocupar o imóvel, sob pena de sofrer correspondente ação de despejo, pois no caso trata-se de denúncia cheia, motivada pela extinção do contrato de locação ajustado por prazo determinado.
- (C) Milena não terá de desocupar o imóvel, eis que Caio procedeu sua notificação à destempo, ou seja, deveria o mesmo ter a procedido em até trinta dias antes do término do contrato.
- (D) Caso Milena comprove estar utilizando o imóvel para finalidade mista, ou seja, residencial e não residencial, assistir-lhe-á o direito à renovação compulsória própria das locações não residenciais.

26. No que diz respeito às prerrogativas processuais e responsabilidade da Fazenda Pública e do advogado público no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- (B) constituem privilégios da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica, o prazo em dobro para recurso e em quádruplo para intimação para comparecimento às audiências.

- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- (D) Os membros da Advocacia Pública serão civil, penal e administrativamente responsáveis quando agirem com culpa ou fraude no exercício de suas funções.

27. Quanto à comunicação processual, de acordo com a legislação vigente e jurisprudência atualizada, julgue os itens a seguir e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. a intimação pessoal da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
- II. segundo entendimento firmado pelo E. STF no tema 549, a prerrogativa processual da Fazenda Pública Federal de receber intimações pessoais, nos termos do art. 17 da Lei 10.910/2004, não tem aplicação no âmbito do procedimento dos Juizados Especiais Federais.
- III. Quando a lei estabelecer de forma expressa prazo próprio para o ente público, tal prazo prevalecerá sobre as disposições do Código de Processo Civil que atribuem sistema de contagem diferenciada para a advocacia pública.

Agora assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Se I e II são corretas.
- (B) Se I e III são corretas.
- (C) Se II e III são corretas.
- (D) Se todas são corretas.

28. De acordo com a previsão do Código de Processo Civil sobre as tutelas de urgência, analise os itens a seguir:

- I. No procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, concedida a tutela antecipada o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.
- II. No procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- III. Tanto no caso do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente quanto no procedimento da tutela cautelar requerida em caráter

anteriormente o réu será citado para oferecer defesa no prazo de 05 (cinco) dias sob pena de revelia.

- (A) Se I e II são corretas.
- (B) Se I e III são corretas.
- (C) Se II e III são corretas.
- (D) Se todas são corretas.

29. De acordo com o Código de Processo Civil vigente, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra o Município e suas respectivas autarquias e fundações de direito público e que julgar procedente, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal, desde que a condenação ou o proveito econômico obtido em face do ente público:

- (A) Seja igual ou superior a 60 (sessenta) salários mínimos.
- (B) Seja igual ou superior a 100 (cem) salários mínimos.
- (C) Seja igual ou superior a 500 (quinhentos) salários mínimos.
- (D) Seja igual ou superior a 30 (trinta) salários mínimos.

30. No cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, apresentar os cálculos de liquidação no prazo de 30 (trinta) dias após os quais a parte exequente será intimada a respeito dos mesmos e, havendo concordância seguirá à expedição do competente precatório ou requisitório de pequeno valor, conforme a quantia exequenda.
- (B) Eventual impugnação ao cumprimento de sentença deverá ser distribuída por dependência ao feito principal.
- (C) Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.
- (D) O pagamento da obrigação de pequeno valor deverá ser realizado no prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias.

DIREITO DO TRABALHO

31. De acordo com a CLT com redação atribuída pela Lei n. 13.467/2017, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo

industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

- (B) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- (C) A simples identidade de sócios, caracteriza grupo econômico sendo desnecessárias, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
- (D) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, responsáveis pelas obrigações trabalhistas respondendo a empresa principal em primeiro plano e cada uma das subordinadas de forma subsidiária.

32. De acordo com a CLT com redação atribuída pela Lei n. 13.467/2017, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado no caso de aviso prévio cumprido, no primeiro dia útil subsequente ao término do mesmo.
- (B) O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado apenas no caso de aviso prévio indenizado, no décimo dia subsequente ao término do contrato.
- (C) O pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.
- (D) O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado no caso de aviso prévio cumprido, no primeiro dia útil subsequente ao término do contrato e no caso de aviso prévio indenizado no prazo de dez dias úteis subsequentes à notificação do aviso prévio.

33. Quanto à duração do trabalho, julgue os itens e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. em regra, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração

ração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna, sendo que a hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

II. aplicam-se as mesmas regras previstas pela CLT ao trabalho noturno às prorrogações do trabalho noturno.

III. Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

Agora assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Se I e II são corretas.
- (B) Se I e III são corretas.
- (C) Se II e III são corretas.
- (D) Se todas são corretas.

34. Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com a legislação vigente e jurisprudência atual:

- (A) Na aposentadoria espontânea de empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista é permitida sua readmissão desde que atendidos aos requisitos constantes do art. 37, inciso XVI, da Constituição, e condicionada à prestação de concurso público.
- (B) O STF declarou inconstitucional a previsão da CLT que permitia no caso de aposentadoria espontânea de empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista, a readmissão do aposentado desde que atendidos aos requisitos constantes do art. 37, inciso XVI, da Constituição, e condicionada à prestação de concurso público, apenas em razão da impossibilidade de cumulação de cargos, ainda que em caso de aposentadoria.
- (C) O STF declarou inconstitucional a previsão da CLT que permitia no caso de aposentadoria espontânea de empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que atendidos aos requisitos constantes do art. 37, inciso XVI, da Constituição, e condicionada à prestação de concurso público, apenas em razão da proteção da relação de emprego contra despedida arbitrária.
- (D) O STF declarou inconstitucional a previsão da CLT que permitia no caso de aposentadoria espontânea de empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que atendidos aos requisitos constantes do art. 37, inciso XVI, da Constituição, e condicionada à prestação de concurso público, quer porque permite, como regra, a acumulação de proventos e vencimentos - vedada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal -, quer porque se funda na ideia de que a aposentadoria espontânea rompe o vínculo empregatício.

35. Analise as afirmações a seguir e após assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) no contrato de trabalho intermitente o empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência.
- (B) no contrato de trabalho intermitente recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a aceitação.
- (C) Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.
- (D) O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

36. Sobre a equiparação salarial, com as modificações empreendidas na CLT pela Lei n. 13.467/2017 assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.
- (B) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá, igual salário, sem distinção de sexo.
- (C) Trabalho de igual valor, para os fins de equiparação salarial, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não for superior a dois anos.
- (D) No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

37. Na extinção do por acordo entre empregado e empregador:

- (A) é devido na integralidade todas as verbas rescisórias, exceto a multa do FGTS que será paga pela metade.
- (B) embora a multa do FGTS seja paga pela metade na extinção do contrato por mútuo consenso, os depósitos fundiários são liberados em sua integralidade.
- (C) a extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.
- (D) a extinção por mútuo acordo entre empregado e empregador pode ser utilizada somente para os empregados que detiverem contrato com pelo menos doze meses devidamente anotado em sua carteira de trabalho e previdência social.

38. Sobre o aviso prévio, de acordo com o entendimento sumular do E. TST assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) É legal a substituição do período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.
- (B) O direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço somente é assegurado nas rescisões de contrato de trabalho ocorridas a partir da publicação da Lei nº 12.506, em 13 de outubro de 2011.
- (C) O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado, está sujeito a contribuição para o FGTS, não o estando quando o aviso prévio for indenizado.
- (D) Por se tratar de período computado como trabalho para todos os fins, é válida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego contra dispensa injusta.

39. De acordo com a CLT a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei **EXCETO** quando, dispuserem sobre:

- (A) supressão, redução ou substituição do seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.
- (B) intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- (C) adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015.
- (D) teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente.

40. Quanto à terceirização de serviços, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Atualmente segundo entendimento jurisprudencial consolidado pelo E. STF, ela pode ocorrer apenas nas atividades iniciais e intermediárias, mas não nas atividades fim.

- (B) Pela redação atribuída pela Lei n. 13.429/17 à Lei n. 6.019/74 assim como recente julgado do E. STF entende-se não haver proibição para a terceirização das atividades fins.
- (C) A terceirização, mesmo em face da Lei n. 13.429/17, continua sendo restrita às atividades meio.
- (D) A terceirização apenas pode ser utilizada para serviços de limpeza e de segurança nos termos da legislação própria.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

41. No que diz respeito às receitas públicas previstas na Lei n. 4.320/64, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Tributo é a receita originária instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- (B) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- (C) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- (D) a receita proveniente da arrecadação de tributos é classificada como receita corrente.

42. Sobre os precatórios e requisitórios de pequeno valor assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) a Constituição Federal de 1988 por meio de seu ADCT estabelece para os municípios o limite de 30 (trinta) salários mínimos impossibilitando assim que legislação local estabeleça outros limites para a emissão de requisitórios de pequeno valor.
- (B) em razão de decisão tomada pelo E. STF todos os precatórios que se encontram acumulados, com pagamentos postergados para exercícios posteriores deverão ser quitados até o ano de 2020, sendo que em razão do efeito vinculante de suas decisões a Emenda Constitucional 99/2017 que postergaria tais pagamentos para 2024 foi considerada inconstitucional.
- (C) de acordo com a Emenda Constitucional 99/2017 Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se

encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

- (D) de acordo com o entendimento consolidado pelo E. STF, os débitos dos Estados, o Distrito Federal e os Municípios existentes em 25 de março de 2015, devem respeitar a decisão da Corte Maior que determinou sua integral quitação até 31/12/2020, sendo que para os débitos constituídos a partir da aludida data, seguirão os mesmos os preceitos da Emenda Constitucional 99/2017, devendo serem quitados até 31 de dezembro de 2024, em ambos os casos, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

43. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, dispõe sobre vários temas e detém vários anexos, **EXCETO**:

- (A) demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
 (B) equilíbrio entre receitas e despesas.
 (C) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
 (D) demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifi-

quem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

44. De acordo com o artigo 166 da Constituição Federal, após redação atribuída pela Emenda Constitucional 86/2015, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, não sendo o Poder Executivo vinculado à realização das mesmas.
 (B) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, não sendo o Poder Executivo vinculado à realização das mesmas.
 (C) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, sendo obrigatória a execução orçamentária e financeira destas programações conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar.
 (D) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, sendo obrigatória a execução orçamentária e financeira destas programações conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar.

45. São hipóteses de exclusão do crédito tributário:

- (A) a isenção e a anistia.
 (B) a compensação e a transação.
 (C) a remissão e a conversão do depósito em renda.
 (D) a prescrição e a decadência.

46. De acordo com o Código Tributário Nacional, suspendem a exigibilidade do crédito tributário, **EXCE-TO**:

- (A) a moratória.
- (B) o parcelamento.
- (C) o depósito do montante incontroverso do crédito tributário acompanhado do ajuizamento da competente ação declaratória negativa parcial de débito.
- (D) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

47. Quanto às execuções fiscais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) o executado será citado para pagamento no prazo de 3 (três) dias sob pena de incidência de multa de 10% mais honorários advocatícios sucumbenciais de 10% sobre o valor do débito exequendo.
- (B) o executado poderá se defender através de embargos, os quais deverão ser apresentados no prazo de 15 dias a contar da penhora.
- (C) transcorrido o prazo de pagamento voluntário, iniciar-se-á automaticamente, independentemente de nova intimação ou notificação o prazo para que o executado apresente seus embargos à execução.
- (D) o executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados, do depósito, da juntada da prova da fiança ou seguro garantia, ou da intimação da penhora.

48. Julgue os itens e após assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- II. A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
- III. A Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
 - (A) Se apenas os itens I e II são corretos.
 - (B) Se apenas os itens II e III são corretos.
 - (C) Se apenas os itens I e III são corretos.
 - (D) Se todos os itens são corretos.

49. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou

nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato. Neste caso:

- I. a responsabilidade do adquirente será integral, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
- II. a responsabilidade do adquirente será subsidiária com o alienante, se este prosseguir na exploração ou inicial dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- III. Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.
 - (A) Se apenas os itens I e II são corretos.
 - (B) Se apenas os itens II e III são corretos.
 - (C) Se apenas os itens I e III são corretos.
 - (D) Se todos os itens são corretos.

50. A capacidade tributária passiva:

- (A) depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- (B) depende da regularidade da constituição das pessoas jurídicas.
- (C) independe de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- (D) liga-se diretamente à capacidade para ser empresário.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

	A	B	C	D
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	A	B	C	D
26	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
31	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
37	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
41	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
42	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
43	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
44	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
45	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
46	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
47	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
48	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
49	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
50	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>